
O Largo Vitorino Damásio (Santos-o-Velho, Lisboa): contributo para a história da zona ribeirinha de Lisboa

MARIA JOÃO SANTOS

R E S U M O

O presente artigo tem como objectivo a divulgação dos resultados da escavação arqueológica de salvaguarda e do acompanhamento arqueológico dos trabalhos de construção do parque de estacionamento subterrâneo do Largo Vitorino Damásio (Santos-o-Velho, Lisboa), realizada entre 9 de Abril e 30 de Julho de 2003. Os trabalhos efectuados permitiram a identificação de uma antiga estrutura portuária em madeira, contribuindo para o melhor conhecimento da história da zona ribeirinha de Lisboa e destacando a importância e a responsabilidade que assumem cada vez mais as intervenções arqueológicas preventivas no quadro do acompanhamento de obras de construção nesta área específica de Lisboa.

A B S T R A C T

The current paper intends to divulgate the results of the emergency archaeological digging and the archaeological accompanying of the construction of the underground parking of Largo Vitorino Damásio (Santos-o-Velho, Lisboa), that took place between 9th of April and 30th of July of 2003. The accomplished work allowed to identify an old harbour structure in wood that contributes for a better knowledge of the history of this area, pointing out the importance and the responsibility that more and more assumes the emergency archaeological diggings in this particular area of Lisbon.

1. Introdução

A intervenção de que se dá notícia foi desenvolvida no quadro do acompanhamento arqueológico dos trabalhos de construção do parque de estacionamento subterrâneo do Largo Vitorino Damásio, de iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, em regime de cedência do direito de superfície para concepção, construção e exploração pela *Bragaparkes*, Estacionamentos de Braga, SA. e assumido pela empresa de arqueologia *Geoarque*. A área afectada pelos trabalhos de construção compreendeu toda a extensão do Largo Vitorino Damásio e do troço Sul da Avenida D. Carlos I, na freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa (Est. I e Est. II).

Os trabalhos iniciaram-se no dia 9 de Abril e terminaram no final de Dezembro de 2003, referindo-se este artigo unicamente à divulgação dos resultados da escavação preventiva levada a cabo no quadrante Sudeste da área do Largo — designado como Área 1 (Est. III) — no período compreendido entre os meses de Abril e Julho de 2003, informações que virão a ser completadas pelos dados do subsequente acompanhamento arqueológico efectuado por Sérgio Antunes e pelos resultados da análise dendrocronológica das diversas amostras de madeira recolhidas no local, a cargo do Centro de Arqueologia Náutica e Subaquática.

2. A intervenção

A identificação de uma estrutura em alvenaria de pedra e cal, exposta parcialmente em perfil durante a abertura de uma vala para remoção dos depósitos da bomba de gasolina existente no lado Este do Largo, que antecedeu a delimitação do estaleiro da obra e o início dos trabalhos, chamou desde logo a atenção para a elevada sensibilidade arqueológica desta área. Optou-se, neste sentido, pela realização de uma escavação preventiva que permitisse esclarecer a situação da estrutura identificada em perfil e promovesse a minimização de impacte sobre outros eventuais vestígios arqueológicos presentes, paralelamente ao acompanhamento arqueológico dos trabalhos de escavação e remoção de terras destinados à implantação do novo colectador pluvial na fachada Norte do Largo — que designámos como Área 2.

A impossibilidade de iniciar, na altura, uma escavação em área como seria desejável — dada a necessidade de espaço para a movimentação de máquinas e deposição de cargas e equipamentos —, forçou-nos a escalonar a intervenção em várias etapas de escavação de pequenas sondagens, até ao momento em que nos foi sendo possível alargar a área de intervenção, todavia, sempre limitada ao perímetro do estaleiro da obra (Est. III e V).

A primeira destas sondagens — Sondagem I (S.I) —, aberta perpendicularmente à estrutura identificada em perfil, na direcção E-W e com 4 m x 3 m, permitiu expor a totalidade conservada desta parte da estrutura, que aparentava encontrar-se cortada, assumindo uma configuração em “L” no que deveria corresponder a uma área de cunhal. O limite Norte da S.I foi imposto pela presença do colectador pluvial antigo, que atravessa todo o largo no sentido NNE-SW e cuja implantação foi responsável, como se tornaria claro ao longo da intervenção, pelo corte e destruição das diversas estruturas que viríamos a identificar nesta área.

De modo a esclarecer melhor esta realidade, optámos pelo alargamento da S.I no sentido SW num corredor de 1 m x 3 m e pela abertura de duas outras sondagens alinhadas pela estrutura exposta — S.II e S.III —, respectivamente, nos sentidos E-W e N-S e com 1,5 m x 6 m e 1,5 m x 4 m. Embora na S. III apenas se tivessem registado níveis de entulho a uma profundidade de 1 m nesta etapa inicial, a S.II permitiu distinguir o que pareciam ser duas outras estruturas em alvenaria pobre — E.2b e E.3 —, sobrepostas e cortadas a Norte pela vala de implantação do antigo colectador, sendo, no entanto, claramente visível o seu prolongamento para sul. A situação de sobreposição tornou-se sobretudo clara em perfil, observando-se o “embasamento” de uma primeira construção — E.2b —, à qual foi posteriormente sobreposta uma segunda estrutura — E.3 —, reaproveitando parte da antiga parede e assentando directamente sobre um pavimento de calçada de basalto (Est. VII, Fig. 2).

A identificação destas realidades levou à abertura de uma quarta sondagem — S. IV —, no alinhamento destas construções e que veio a confirmar a sua efectiva continuidade e a colocar a descoberto o pavimento de calçada já registado em perfil. Com o alargamento da área escavada — Alargamento 1 (Al. 1) e 2 da S. II e Al. 1, 2, 3 e 4 da S. IV (Est. III) — ficou clara a continuidade das estru-

turas E.2b e E.3, que se verificou encontrarem-se perpendicularmente adossadas a uma outra linha de parede, de sentido E-W e claramente mais antiga: a E.2.

No sentido de compreender melhor a relação entre estas diferentes realidades, optou-se pelo alargamento geral da área de escavação a todo o espaço disponível no estaleiro, com a abertura de duas novas sondagens — S. V e S. VI — e de um outro Alargamento — Al. 1 da S. III.

A remoção dos níveis de entulho que se sobrepunham ao pavimento de calçada e às estruturas identificadas, assim como o desmonte da E.3, tornaram claro o facto desta realidade e da E.2b representarem dois momentos diferentes de reutilização de uma construção anterior, testemunhada pela E.2, e que terá sofrido a primeira alteração com a edificação da E.2b, num momento possivelmente não muito distante da sua própria construção (mantendo-se uma semelhança notável das argamassas), formando um compartimento interno, cuja parede foi, por sua vez, parcialmente reaproveitada pela E.3 (Est. VII, Fig. 2). A continuidade dos trabalhos permitiu ainda observar, de forma cada vez mais clara, a relação entre a E.1 — aparentemente isolada —, e a E.2, como partes constituintes dos alicerces de um mesmo edifício, de planta sub-rectangular chanfrada (Est. IV, Est. VII, Fig. 1). Esta estrutura, em alvenaria de pedra calcária e argamassa de cal e areão e com 6 m x 15 m, encontra-se cortada ao longo do seu eixo Noroeste pela vala de implantação do antigo colector pluvial, apresentando a extremidade do quadrante Este igualmente destruída pela vala de implantação dos depósitos de gasolina aí localizados. O topo conservado desta estrutura, raramente superior ao nível do pavimento de calçada — entre os 3,10 m e os 4,20 m — e particularmente irregular no quadrante Este, assim como as unidades de derrube que se lhe encontravam associadas, indicam a sua demolição intencional. A metade sul conservada evidencia, não obstante, a robustez da sua construção, com paredes de 1 m de largura.

Foi possível, da mesma forma, registar a continuidade do pavimento de calçada, interrompido, não obstante, em todo o sector Este da área intervencionada, sendo ainda visível a sua ruptura por três valas subcirculares (Est. IV), talvez resultantes do processo de plantio das árvores que se situavam neste espaço do Largo, conforme a presença de restos de raízes pareceu indicar. Na extensão conservada é, no entanto, evidente a sua relação de contemporaneidade com o edifício formado pelas E.1 e E.2, constituindo mesmo o pavimento interno do complexo. A calçada seria, porém, rompida em momento posterior à construção deste edifício, para a implantação da E.2b, que viria a alterar a sua compartimentação interna.

O alargamento da área de escavação permitiu igualmente identificar um sistema de saneamento antigo em caixa de alvenaria (SSA1), assente directamente sobre a calçada e de sentido SE-NW, constituindo a realidade construtiva mais recente de todo o conjunto (Est. IV). O SSA1 encontrava-se interrompido sob um pilar de calcário (Pilar 1; Est. VIII, Fig. 1) que se lhe encontrava apoiado na diagonal, integrando um nível de derrube cuja acção de formação terá destruído este sector do sistema de saneamento, registando-se, no entanto, a sua continuidade para além deste acidente. A relação de contemporaneidade deste pilar e do pavimento de calçada é, todavia, muito clara, facto que motivou o seu transporte para o Museu da Cidade, onde se encontra actualmente conservado. Foi ainda possível registar um outro ramal de saneamento — SSA2 —, orientado no sentido SW-NE e de características idênticas ao SSA1, em relação ao qual é convergente sem contudo o intersectar (Est. IV), encontrando-se a sua extremidade SE selada com argamassa de cal e areão.

A desmontagem do pavimento de calçada e a remoção da sua camada de assentamento viria, por sua vez, a registar, entre outras unidades de depósito, uma espessa unidade, extensível a quase toda a área intervencionada e constituída por um grande aglomerado de carvões e restos faunísticos de diferentes espécies, frequentemente com marcas de corte, o que parece apontá-la como resultado do despejo de restos de carcaças de animais incineradas, possivelmente provenientes de algum

matadouro próximo. A sequência estratigráfica observada revelou, no entanto, a substituição progressiva, a partir dos 2,5 m de profundidade, destas unidades de depósito, de características heterogêneas por unidades cada vez mais homogêneas e claramente niveladas por acção da água, que se sobrepunham a um extenso pavimento de tabuado de madeira, identificado à cota de 3,50 m e sobre o qual assentava directamente o quadrante W do edifício formado pelas E.1 e E.2.

Este pavimento de tabuado, cujos vestígios *in situ* indicam ter-se estendido originalmente a toda a área escavada – correspondente, nesta fase dos trabalhos, às sondagens II, III, IV, V e VI –, encontrava-se cortado no sector NW pela vala de implantação do antigo colector pluvial, apresentando-se igualmente muito destruído no perímetro do quadrante W da E.2, sendo praticamente inexistente no quadrante do edifício, apenas detectável pelo sedimento residual de madeira apodrecida. No sector SE da área escavada, a abertura de uma vala para implantação de um outro sistema de saneamento em caixa de alvenaria (SSA3), anterior ao SSA1 e SSA2 e de muito maior envergadura, acabou também por destruir o tabuado, visivelmente rompido nesta área (Est. X, Fig. 1).

Trata-se de um pavimento muito cedoço, constituído por tabuado de pinho justaposto e fixo por cavilhas de ferro dispostas a intervalos regulares, sobre um sistema de traves cruzadas horizontalmente e suportadas por fortes estacas de pinho com diâmetros entre os 20 e os 30 cm (Est. XI). No sector mais bem conservado, correspondente ao quadrante SW da área de intervenção, era claramente visível o abatimento de toda a estrutura, testemunhado pelo desnível de 40 cm do tabuado em relação à altura conservada das estacas de suporte, assim como das próprias cavilhas, destacadas do nível do pavimento entre 10 a 20 cm. O mau estado de conservação desta realidade observava-se inclusive na “moldagem” do tabuado às traves sobre as quais assenta, resultando numa suave ondulação do pavimento (Est. IX, Fig. 1).

Um outro aspecto interessante diz respeito à relação entre este pavimento e a E.2, que se lhe encontra directamente sobreposta. Não se verifica, em nenhuma zona em que o tabuado se encontra conservado, qualquer descontinuidade no contacto com a E.2, que testemunhe uma vala de implantação para o seu alicerce: toda a estrutura foi construída sobre o tabuado. Com efeito, a área de contacto entre o tabuado e a E.2 regista importantes detalhes que indicam o abatimento daquele devido

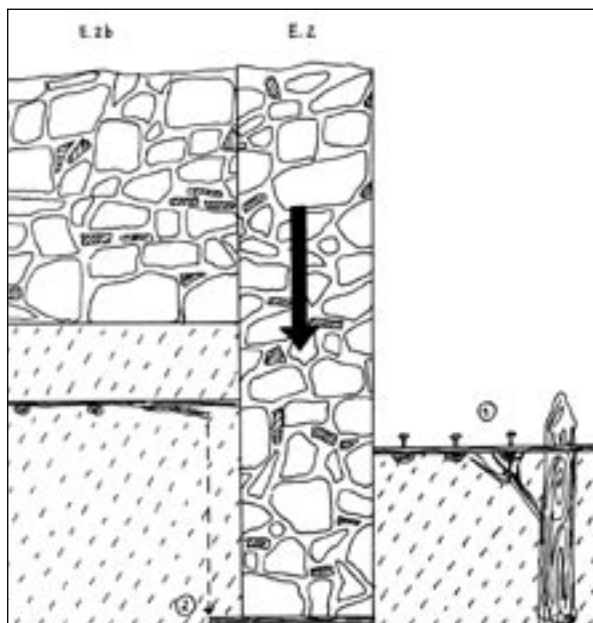


Fig. 1 Esquema da relação observada entre a E.2 e o pavimento de madeira.

ao peso da estrutura de alvenaria, apenas na sua faixa de assentamento, tendo a contínua pressão exercida pela E.2 fracturado o pavimento, causando um grande desnível entre o tabuado conservado de ambos os lados e a secção que subjaz à base da estrutura, nitidamente empurrada por esta (Fig. 1). O registo material, tornado evidente com a continuação dos trabalhos na S.VII, não permite, contudo, interpretá-lo como um verdadeiro “estrado” de estabilização da construção. Teríamos aqui, alternativamente, uma situação de reaproveitamento de uma estrutura pré-existente.

Um aspecto que marca definitivamente a pré-existência do pavimento de tabuado em relação à E.2 é a situação do Sistema de Saneamento Antigo 3 (SSA3). Trata-se de uma estrutura com cerca de 1 m de largura e 1,50 m de altura, de orientação S-N e que se encon-

tra interrompido a cerca de 1,50 m da E.2. A vala de implantação do SSA3 rompeu o tabuado neste sector, assim como ao longo do seu traçado, já no espaço interno da E.2 (Al. 3 da S. IV). No entanto, embora seja visível a interrupção do tabuado que se conserva no interior da estrutura, não existe qualquer continuidade deste sistema de saneamento, destruído pela construção da E.2. Um pormenor que desde logo nos chamou a atenção foram as dimensões deste SSA correspondentes às medidas adoptadas pelos sistemas de saneamento construídos no pós-1755 nas principais artérias da cidade, com 10 palmos de largo por 14 de altura (Custódio, 1994, p. 97).

A continuidade para sul do pavimento de tabuado, claramente observada em perfil, exigia inexoravelmente um novo alargamento da área de escavação que, todavia, só nos foi possível após o aterro da área já intervencionada. Procedemos, para o efeito, à desmontagem parcial do tabuado de madeira e à recolha de amostras dos seus constituintes para datação¹, recuperando-se igualmente todas as cavilhas que fixavam o tabuado. Efectuou-se então a escavação de toda a área até ser atingido o nível freático, após o que nos foi impossível prosseguir os trabalhos sem os meios adequados, encontrando-se, todavia, prevista a sua continuidade assim que a contenção periférica estivesse concluída e bombas hidráulicas fossem instaladas. Sob o pavimento de madeira, pôde-se registar uma sequência estratigráfica de unidades sedimentares de aluvião, constituídas por areias e com uma componente artefactual de índice meramente residual.

Após o aterro dos sectores anteriormente escavados, procedeu-se então à abertura de uma nova sondagem — S.VII —, contígua ao limite sul da S. VI e limitada a sul pelo tapume do estaleiro, com um total de 23,5 m de comprimento e 7 m de largura.

Constatou-se, desde logo, a continuidade do pavimento de calçada anteriormente registado, apenas interrompido no sector Este e no sector central Sul, pela abertura de valas possivelmente resultantes do processo de arborização do antigo Largo; assim como do SSA1, embora aqui em muito pior estado de conservação (Est. IV).

Entre os constituintes do derrube do SSA1, foram identificadas duas metades fracturadas de pilares em calcário — Pilar 2 e Pilar 3 —, em tudo semelhantes ao Pilar 1 recuperado na S. V (Est. VIII, Figs. 2 e 4). Um quarto pilar — Pilar 4 — foi, por sua vez, descoberto *in situ*, solidamente implantado ao nível da calçada, ainda que fracturado pela base, encontrando-se a sua metade superior “embutida” no perfil Sul da sondagem, integrando uma unidade de derrube constituída por blocos de calcário de média e grande dimensão e grandes nódulos de argamassa de cal e areão, cuja semelhança com os elementos construtivos do complexo formado pelas E.1, E.2 e E.2b, sugere ser o resultado da sua demolição. (Est. VIII, Fig. 3). Este aspecto leva a supor que também os pilares integrados no derrube do SSA1 estivessem originalmente implantados na calçada de basalto.

Após o desmonte do pavimento de calçada e a continuidade da sequência estratigráfica já observada, começou a surgir o pavimento de tabuado de madeira, registando-se igualmente o prolongamento do SSA3 (Est. V e VI). A limpeza integral desta área revelou um amplo troço de pavimento de tabuado, presente em quase toda a extensão da sondagem e evidenciando, mais uma vez, a sua continuidade para além do perfil Sul (Est. IX, Fig. 3; Est. XII). Não obstante encontrar-se em melhor estado de conservação do que o troço registado na S. VI, este sector do pavimento apresentava-se interrompido no quadrante E pela vala de implantação do SSA3 (Est. X, Fig. 1). O seu limite W é, todavia, perfeitamente visível, estando concretizado num poderoso toro de travamento apostado lateralmente à estrutura e que constitui o único testemunho de cofragem desta estrutura que pudemos registar ao longo da intervenção (Est. IX, Fig. 3).

Após o registo desta realidade e a recolha de novas amostras, procedeu-se ao seu desmonte parcial, nos quadrantes E e W, com o objectivo de registar a sequência estratigráfica subjacente,

mais uma vez caracterizada por uma sucessão de unidades sedimentares de areias até ao nível freático, aqui atingido à profundidade de 4,20 m.

No sentido de aferir a extensão do pavimento de tabuado para E, efectuou-se ainda a abertura de uma outra sondagem — S. VIII —, contígua ao perfil E da S. VII e com 6 m x 9,5 m. A sequência estratigráfica deste sector, profundamente revolvida até aos 2 m de profundidade pela sucessiva implantação de infra-estruturas urbanas, não permitiu, todavia, identificar o prolongamento da unidade de derrube presente na S. VII, nem o pavimento de calçada.

Os níveis não perturbados registaram, não obstante, a presença de uma unidade constituída por um grande aglomerado de carvão granuloso — U.E. [315] —, sob a qual se encontravam outras duas unidades muito compactas e constituídas na sua totalidade por matéria vegetal em elevado grau de deterioração — U.E. [313] e U.E. [314] —, sensivelmente à mesma cota do pavimento de tabuado identificado nas sondagens VI e VII. Esta situação, a que se soma a presença de uma estaca de suporte *in situ* no quadrante NE da sondagem, poderá, à primeira vista, sugerir tratar-se da continuidade do pavimento de tabuado, aqui profundamente deteriorado, com o aparente apodrecimento da estrutura *in situ* e a sua progressiva sedimentação (Est. IX, Fig. 2). No entanto, o facto desta situação se documentar simultaneamente nesta área e no Al. 1 da S. III, de acordo com um eixo relativamente alinhado, poderá indiciar um outro tipo de realidade, como seja uma outra eventual estrutura de função análoga à desempenhada pelo pavimento de tabuado, mas cronologicamente anterior. A marcada diferença do grau de conservação destas realidades é, neste sentido, apelativa.

Visto ser-nos impossível intervir nas áreas contíguas a Este e a Sul desta sondagem, dadas as exigências do espaço de estaleiro e das condições de segurança, optámos pela abertura de uma outra sondagem — S. IX —, delimitada a N pelo traçado do antigo colector pluvial e confinando a E com os limites das sondagens VI e VII, num total de cerca de 9 m de comprimento, de modo a averiguar a eventual continuidade do pavimento de tabuado nesta direcção.

A remoção das unidades de depósito superficiais permitiu, desde logo, a identificação de uma sólida estrutura de alvenaria — E.5 —, disposta em “T” e com orientação axial no sentido NW-SE. Esta estrutura, com um compartimento interno definido por uma parede adossada perpendicularmente, apresentava-se integralmente cortada a N pela vala de implantação do antigo colector (Est. VI). Trata-se dos alicerces de uma construção sólida, com paredes de 1 m de largura e 2,4 m de altura conservada e sapata em degrau, constituída por grade de estacaria de madeira preenchida com argamassa de pedra e cal, solução habitual nas construções de Lisboa seiscentista (Silva e Guinote, 1998, p. 53). O pavimento de calçada foi registado unicamente no perfil W — U.E. [360] —, tendo sido profundamente destruído neste sector. No entanto, e embora toda a sondagem tivesse sido escavada até ao nível freático, não se registou qualquer indício de tabuado de madeira.

Com a contenção periférica da área de implantação do parque concluída, o posterior acompanhamento arqueológico dos trabalhos, levado a cabo por Sérgio Antunes, viria, no entanto, a identificar todo um conjunto de novas estruturas portuárias, no troço correspondente ao sector sul da Avenida D. Carlos I, cuja divulgação se revelará, sem dúvida, muito importante para o melhor conhecimento desta zona particular da orla ribeirinha de Lisboa.

3. A componente artefactual

No que toca ao conjunto material recuperado e sem pretender uma análise exaustiva, cabem, no entanto, algumas considerações. As unidades de depósito sobrepostas ao pavimento de calçada

e às E.1, 2, 2b e 3, constituídas em parte pela movimentação de terras do Aterro de Santos, mas sobretudo pelos trabalhos de remodelação do Largo e de implantação de infra-estruturas urbanas nos meados do século XX, evidenciam, como não podia deixar de ser, conjuntos materiais muito heterogéneos, integrando peças de várias épocas — maioritariamente fragmentos de bilhas, alguidares, pratos e tigelas integráveis entre o século XIX e a primeira metade do século XX, com a presença residual de alguns exemplares mais antigos, correspondentes a meados do século XVIII —, sendo, no entanto, de destacar a cerâmica de construção e de revestimento. As unidades que se revelam mais importantes para o estudo do acervo material desta área são, assim, as subjacentes ao pavimento de calçada e, sobretudo, as que se encontram intimamente associadas ao pavimento de tabuado.

Sob o pavimento de calçada distinguem-se algumas unidades de depósito perfeitamente individualizadas de que constituem exemplos paradigmáticos as U.E. [78] e [113], constituídas exclusivamente por restos faunísticos carbonizados e a U.E. [100], formada na sua quase totalidade por fragmentos de recipientes em chacota, muito provavelmente os desperdícios das várias olarias que existiam nesta freguesia (Mangucci, 1996, p. 155-159). A geral heterogeneidade dos conjuntos artefactuais recuperados nas restantes unidades de depósito, envolvendo exemplares de cerâmica comum, cerâmica vidrada e faiança que vão desde o século XVII ao início do século XIX, é, para todos os efeitos, a nota dominante no contexto estratigráfico desta zona de interface terra/rio, tradicionalmente utilizada como área de despejos.

Distinguem-se fragmentos de bilhas, cântaros, bases de fogareiros e talhas em cerâmica comum de pasta vermelha; fragmentos de alguidares, tachos, jarros e potes com vidrado de chumbo de tom melado, verde ou melado irisado de verde; faianças de Lisboa representadas por fragmentos de travessas, de terrinas — identificadas apenas pelos fragmentos de asas laterais —, de potes, tigelas e pratos. Os poucos fabricos que conseguimos identificar correspondem sobretudo às olarias da Bica do Sapato e Beato António (Queirós, 2002, p. 65, 81-84, 269). As porcelanas identificadas, de representatividade muito inferior, limitam-se a fragmentos de taças e pratos do século XVIII e primeiro quartel do século XIX.

Assume particular destaque o conjunto artefactual proveniente das terras agregadas ao pavimento de madeira² e das unidades estratigráficas a que este imediatamente se sobrepõe³, invariavelmente unidades sedimentares de aluvião, onde é visível uma maior homogeneidade dos componentes, com produções integráveis no período compreendido entre a segunda metade do século XVII e a segunda metade do século XVIII.

Entre as faianças, são particularmente abundantes as produções de Lisboa, caracterizadas pela pasta de tom amarelo-torrado, relativamente porosa e pela decoração linear ou geométrico-vegetalista monocromática a azul ou vinoso, invariavelmente sobre o bordo e na transição para a base da peça, apresentando os exemplares mais antigos as características pinceladas diagonais na superfície externa, em número nunca inferior a três (Silva e Guinote, 1998, p. 107-109). As faianças decoradas com tonalidades de vinoso ou manganés, representam, todavia, cerca de 60% da amostragem total, constituindo o tipo de produção dominante, com formas mais diversificadas e uma decoração que pode incorporar motivos fitomórficos ou vegetalistas estilizados, geralmente sob a linha de bordo de formas abertas. Os fabricos que conseguimos identificar correspondem a alguns exemplares da Real Fábrica do Junca, de Massarelos, da olaria do Castelo Picão e possivelmente da Real Fábrica do Rato (Queirós, 2002, p. 290-292, 296, 308), sendo os pratos fundos, as malgas e as saladeiras as formas dominantes.

A cerâmica comum recuperada nestas unidades é sobretudo representada por fragmentos de bilhas, cântaros, bases de fogareiros e talhas de dimensão média de pasta vermelha homogénea. No que toca à cerâmica vidrada, predominam os fragmentos de alguidares, tachos, potes e caçoilas com vidrado de chumbo, de tom verde ou melado e pasta vermelha homogénea.

Destaca-se ainda a recuperação de um fragmento da base de uma panela de ferro trípede (Est. C) e, nas U.E. [276] e [277] da S. VII, agregadas ao pavimento de tabuado, de 15 exemplares de solas de sapato em couro, predominantemente bicudas, assim como parte de um cinto em couro; componentes que pudemos igualmente identificar na U.E. [362] da S. IX, onde recuperámos 4 solas de sapato em couro pontiagudas, assim como diversos fragmentos de cordas, um dos quais conservava ainda o nó de amarração, na U.E. [381].

Na S.VIII, as U.E. [313] e [314], correspondentes ao sedimento de matéria vegetal deteriorada, registaram um conjunto artefactual muito semelhante, sendo, no entanto, mais recorrentes as faianças da segunda metade do século XVII.

4. Interpretação e contextualização

A constituição da área intervencionada, correspondente ao actual perímetro do Largo Vitorino Damásio, resulta directamente das operações de assoreamento e terraplanagem do aterro de Santos ou da Boavista, concluído em 1867 e do processo de urbanização subsequente. A sequência histórica da sua envolvente merece, todavia, algumas considerações.

A mais antiga referência concernente a esta área diz respeito à tradição, segundo a qual foram sepultados, junto ao morro de Santos (onde se situa actualmente a Igreja de Santos-o-Velho), três mártires cristãos no início do século IV, e que viria posteriormente a dar origem ao topónimo, de acordo com Damião de Góis (2001, p. 43). Será a partir de 1147, com a fundação de uma ermida em honra dos três mártires por D. Afonso Henriques, que esta zona começa muito gradualmente a agregar as populações dispersas, começando a surgir de forma esporádica nos registos documentais (Alves e Infante, 1992, p. 6), embora mantenha o estatuto de arrabalde ermo até ao final do século XIV.

Existem referências no século XIV ao papel que a praia de Santos desempenhava no tráfego marítimo, dada a ausência de cais adequados, pois “*por a grande espessura de muytos navios que assijaziam ante a cidade, como dizemos, hiam ante as barcas Dalmadaa aportar a Santos, que he hum grande espaço da cidade, nom podendo marear perantrelles*” (Fernão Lopes, *apud* Ramos, 1994, p. 724); mas é a partir do século XV e, sobretudo, XVI que esta zona conhecerá maior desenvolvimento, com a eleição da construção naval como prioridade do Estado e a dinamização de novas áreas de estaleiro, nas praias de Santos e da Boa Vista, que trouxe a progressiva instalação de pescadores, marinheiros e gentes ligadas à construção naval (Calado e Ferreira, 1992, p. 25; Magalhães, 1993, *apud* Blot, 2003, p. 86). Temos, em 1478, uma referência de um *empalmadeiro* de Naus e Navios na praia de Santos (Castilho, 1938, p. 124-125). Durante esta época, a orla ribeirinha de Lisboa foi sendo remodelada, com sucessivos aterros, construção de estaleiros e ancoradouros, sendo referida uma sucessão de “*taboleiros ao longo da praia*”, assentes em “*estacas muito juntas, espetadas a maço no mar*” (Góis *apud* Ramos, 1994, p. 724).

Neste mesmo quadro se inscreve a edificação da residência de Fernão Lourenço, Feitor das Casas da Mina e da Índia, onde antes se erguia o Convento das Comendadeiras da Ordem de Santiago, concluída em 1490; e a sua cedência, em 1501, a D. Manuel I, passando o edifício a ser conhecido como o Paço Real de Santos (Alves e Infante, 1992, p. 7), onde actualmente se situa a embaixada de França. Assinala-se também a edificação de novos complexos religiosos de que é exemplo a fundação em 1530, do Convento da Esperança, a que se sucedem o Convento das Albertas, o das Inglesinhas, o dos Marianos, o das Trinas do Mocambo, o das Bernardas e o dos Barbadinhos franceses.

Em 1554, esta área encontrava-se já compreendida no perímetro urbano (Góis, 2001, p. 43), constituindo-se em nova freguesia no ano de 1566. O grande desenvolvimento que se observa nesta

área de Lisboa a partir do século XVI encontra-se intimamente ligado à instalação do Paço Real de Santos que, tal como o Paço da Ribeira, polarizam definitivamente a cidade para o rio, alargando a estrutura urbana a arrabaldes até aí ocupados praticamente apenas por ordens religiosas.

Entre as principais actividades desenvolvidas na freguesia de Santos-o-Velho, destaca-se a produção oleira, com cerca de três olarias registadas na segunda metade do século XVI e nove no século XVII⁴, impulsionada no seu início pela fixação de alguns malegueiros flamengos e dinamizada pela proximidade da matéria-prima e facilidade de abastecimento de combustível, que irá acompanhar o desenvolvimento da construção naval, das unidades de moagem, da produção de cal, de vidro e de sabão que caracterizavam esta zona ribeirinha (Mangucci, 1996, p. 155-159). Sabe-se também que por esta altura, Santos era um dos principais estaleiros em actividade, assinalando-se aqui a existência de uma tercena (Vale, 1988, p. 23; Fonseca, 1920, p. 24).

Relativamente ao agregado populacional propriamente dito, no século XVI, este organizava-se sobretudo em duas áreas: o núcleo antigo do bairro da Madragoa, conhecido pelo nome de Mocambo, cuja etimologia sugere ter tido como principal base a fixação de moradores de origem africana; e a zona correspondente ao limite sul do grande bairro que descia de S. Roque para morrer nas praias de Santos-o-Velho, de S. Paulo e da Boa Vista (Costa, 1951, p. 35). Assinalavam-se ainda novas casas senhoriais, cuja instalação se seguiu inevitavelmente à fixação de residência real na freguesia, como sejam o palácio dos Duques de Aveiro, situado no início do actual quarteirão entre a Calçada do Marquês de Abrantes e a Rua da Esperança e que viria a ser destruído em 1837 por um incêndio, o palácio dos Condes de Murça, hoje Escola Fonseca Benevides e o palácio dos Condes de Alvor, actualmente reabilitado como Museu de Arte Antiga. Em 1620, a população da freguesia ascendia, assim, já a 5000 indivíduos (Alves e Infante, 1992, p. 7).

O terramoto de 1755 não provoca grandes danos nesta zona, registando-se apenas alguns estragos no Convento das Albertas e a queda da abóboda da Igreja de Santos-o-Velho, mas impulsiona um verdadeiro desenvolvimento da zona, com o reordenamento urbanístico e a abertura e reestruturação de vias, de que é exemplo a abertura da Calçada Marquês de Abrantes (Alves e Infante, 1992, p. 8-9). É também por esta altura que se fixam novas comunidades de moradores, de que se destacam os procedentes de Ovar e da Murtosa e que a indústria oleira característica da freguesia conhece maior desenvolvimento, com a produção de azulejos e a revitalização das produções de *louça fina* ou *louça de carregação* (Mangucci, 1996, p. 159-160). O crescente influxo populacional levou, por sua vez, à multiplicação de telheiros e barracões na praia de Santos, que ladeavam com cascos abandonados, conduzindo inevitavelmente ao avanço gradual sobre o rio e à progressiva degradação da orla ribeirinha, cada vez mais utilizada como vazadouro comum (Dias, 1990, p. 121; Araújo, 1993, p. 13-16).

Um papel fundamental no desenvolvimento do urbanismo desta freguesia foi desempenhado pelo Convento de Nossa Senhora da Soledade (ou das Trinas do Mocambo), fundado em 1657 e actualmente sede do Instituto Hidrográfico de Lisboa, que clandestinamente irá promover a edificação de novas vias e habitações para suprir as famílias desalojadas pelo terramoto a partir de 1756.

A partir da primeira metade do século XIX, a freguesia assiste a uma profunda remodelação com a concretização do *Aterro*. Constituindo um projecto já antigo, datando, pelo menos, do reinado de D. João V, no âmbito de um vago plano para construção de um porto, as obras para a construção do Aterro foram apenas decididas após o surto de cólera-morbus que grassou na Lisboa de 1857, como medida preventiva contra novos focos de epidemia (Custódio, 1994, p. 109). Segundo nos transmite um noticiário meados do século XIX, “o aspecto da praia desde Alcântara até à Ribeira Nova foi sempre repugnante, pela torpeza dos barracões e telheiros que para ali se tinham acumulado, e por servir de vasadouro comum, chegando a ter sórdida celebridade as lamas da Boavista”

(Câncio, 1939, *apud* Silva, 1994, p. 69). Assim eram descritas as praias de Santos e da Boa Vista, que reuniam despejos e desperdícios entre zonas de estaleiro, telheiros de armazéns e postos de desembarque de carvão e madeira.

Em 1858 o engenheiro José Vitorino Damásio é encarregado de proceder ao aterro da margem desde o Boqueirão da Moeda até à praia de Santos por conta da empresa *Lucotte*: previam-se cerca de 50 m de avanço sobre o rio, através da construção de um paredão armado. Empreende-se, neste sentido, a expropriação dos jardins do palácio dos Marqueses de Abrantes e dos terrenos da casa de Asseca, procedendo-se também à demolição das habitações entre a Praça D. Luís e a Rua das Janelas Verdes, para a construção de um paredão que constitui o primeiro acesso ao troço inicial do aterro e que viria mais tarde a receber o nome de Rua 24 de Julho (Dias, 1990, p. 127). Em 1859 é a vez da abertura da Calçada Ribeira de Santos para ligar o aterro à Rua das Janelas Verdes (Dias, 1990, p. 127-128). No entanto, em 1862 ainda o aterro “era um vasto deserto de terra amarelada, mal nivelado, atravancado de tocos, barrotes, pedregulhos, barcos velhos, mastros, carroças” (Castilho, 1938, p. 132), sendo a obra concluída apenas em Agosto de 1867.

Entre 1875 e 1880 é construído o primeiro quarteirão sobre o aterro, em frente ao actual Largo Vitorino Damásio e em 1873 é inaugurada a primeira linha do “Americano”, que ligava Santa Apolónia ao fim da actual Avenida 24 de Julho, passando por Santos (Dias, 1990, p. 112). Em 1879 é inaugurada a Avenida D. Carlos I e o primeiro veículo sobre carris passa por Santos em 1901 (Fernandes, 1994, p. 29). A progressiva industrialização desta zona veio a substituir a quase exclusividade das actividades profissionais ligadas ao rio e ao mar, pelo operariado das novas unidades fabris, conduzindo ao término das antigas actividades que caracterizavam esta freguesia, como seja a construção naval, que se mantém apenas até 1885.

A maior parte da nossa área de intervenção, coincidente com o actual Largo Vitorino Damásio é, portanto, edificada já na segunda metade do século XIX. A análise da sobreposição da actual planta do local a antigas plantas de Lisboa mostra claramente que até 1787, o sector sul do actual Largo que intervencionámos, se encontrava parcialmente sob a linha de água (Est. XVI, Fig. 2). O mesmo não acontece, porém, com a fachada Norte do Largo, coincidindo em parte com o limite da cerca do antigo palácio dos Duques de Aveiro.

É possível identificar o complexo construtivo de planta sub-rectangular chanfrada posto a descoberto — E.1 e E.2 — numa planta da área que permite reconstituir o seu traçado com segurança, mas cuja data não é infelizmente fiável (identificada apenas como Tela Antiga n.º 49, no Departamento de Obras, Infra-estruturas e Saneamento da Câmara Municipal de Lisboa). A presença da Avenida D. Carlos I em ambas as plantas sugere, porém, uma data necessariamente correspondente ou posterior a 1879, sendo lógico supor que a construção deste complexo tenha coincido com a edificação do quarteirão que lhe fica imediatamente a sul, entre 1875 e 1880, uma vez esta estrutura não surgir representada em nenhuma outra planta consultada.

Um aspecto chama, no entanto, a atenção: a marcada diferença de cota — cerca de 1,20 m — entre o pavimento de calçada que identificámos e a superfície sobre a qual se eleva o quarteirão referido. Esta situação poderia ser explicada pelo facto de quer esta calçada, quer o complexo formado pelas E.1 e E.2, serem na verdade anteriores ao Aterro, ainda que necessariamente datáveis da primeira metade do século XIX. Neste sentido, aponta também a coincidência entre a cota do pavimento de calçada e a cota de soleira do n.º 9 do quarteirão que lhe fica imediatamente a Norte, comprovadamente anterior ao Aterro. O facto deste complexo não se encontrar representado nem na planta da cidade de 1833 nem na planta de 1856, poder-se-ia prender com a não regulamentação da construção. Poderíamos pensar, tendo em conta a representação da estrutura em plantas posteriores a 1879, que esta, então devidamente regularizada, tivesse sido reaproveitada, sobre-

pondo-se-lhe apenas um segundo piso coincidente com a altura dos restantes edifícios então construídos. A hipótese do seu reaproveitamento é, aliás, fortemente sugerida pela E.3, construída parcialmente sobre a E.2b e o pavimento de calçada anterior. Infelizmente, não pudemos comprovar esta hipótese no terreno devido à destruição provocada pelas obras de remodelação e de implantação de infra-estruturas no Largo na primeira metade do século XX.

Este edifício — constituído pelo conjunto das E.1, E.2 e E.2b —, construído em poderoso aparelho de alvenaria com alicerces fixos a cerca de 4 m de profundidade, directamente sobre um extenso pavimento de madeira, é, porém, de funcionalidade desconhecida. É possível que esta sólida construção fosse originalmente coberta, funcionado como espaço de mercado ou armazém, como aliás parece sugerir o seu pavimento interno de calçada. Com segurança, porém, apenas podemos afirmar que se trata de uma construção anterior ao Aterro, que se encontrava pavimentada no seu interior pela mesma calçada que se estendia a toda a área do antigo Largo e que, pouco tempo após a sua edificação, foi alterada a sua compartimentação interna através da justaposição da E.2b, sensivelmente a meio do complexo.

Relativamente ao pavimento de madeira identificado na Área 1, sobre o qual assentava esta construção, os vestígios conservados *in situ* indicam ter-se estendido originalmente a quase toda a área escavada — Sondagens II, III, IV, V, VI e VII —, encontrando-se cortado no sector Noroeste pela vala de implantação do antigo colector pluvial e igualmente muito destruído nos quadrantes Este e Oeste da E.2. A sua relação com a E.2 e com o SSA3, testemunha, contudo, a sua anterioridade a ambas as construções. Com efeito, se, por um lado, a área de contacto entre o tabuado e a E.2 evidencia o abatimento daquele sob o peso da estrutura, que fractura o pavimento, causando um grande desnível entre o tabuado conservado de ambos os lados e o troço que ficou subjacente à base da estrutura; por outro lado, o SSA3, cuja vala de implantação corta nitidamente o tabuado no sector Este das S.IV, VI e VII, é, ele próprio, destruído pelo assentamento da E.2. Um elemento que marca definitivamente a anterioridade do pavimento de tabuado e simultaneamente lhe proporciona uma datação *ante quem*, é assim o próprio SSA3, cuja relação de posteridade é evidente e cujas características construtivas nos permitem situá-lo com segurança no final do século XVIII, como acima tivemos já ocasião de assinalar.

Estaremos aqui perante uma estrutura portuária, posteriormente reaproveitada como piso estabilizador dos alicerces da E.2. É, neste sentido, muito interessante observar a existência de um cais de madeira que avança sobre o rio, na zona precisa em que se situa actualmente o Largo Vitorino Damásio, numa gravura anónima da zona ribeirinha de Lisboa publicada por Vieira da Silva e datável da segunda metade do século XVIII (Silva, 1960, p. 173-187), e que poderá constituir a representação da realidade que colocámos a descoberto (Est. XVI, Fig. 1).

Na S.IX foi ainda possível identificar uma sólida estrutura de alvenaria, desenvolvida nos sentidos SE-NW e W-E, cuja localização parece coincidir parcialmente com a estrutura oeste representada na planta da cidade de 1856, no local do antigo Largo, mas que apenas a continuação dos trabalhos de acompanhamento arqueológico, após concluída a contenção periférica, poderá ou não comprovar.

Os segmentos de estruturas em alvenaria, alicerçadas sobre estacaria de pinho que pudemos identificar ao longo do acompanhamento arqueológico dos trabalhos de escavação na fachada Norte do Largo, que desenvolvemos em paralelo — sectores 1, 2 e 3 da Área 2 —, permitiram, por sua vez, esboçar uma disposição em parte coincidente com a planta conservada da cerca e dos jardins dos Palácio dos Duques de Aveiro (Est. XVI, Fig. 2), situação igualmente observada na continuidade dos trabalhos de acompanhamento arqueológico, segundo Antunes. O elevado grau de destruição que estas estruturas evidenciam, devido aos sucessivos revolvimentos para implantação de sistemas

de saneamento e de abastecimento nesta zona e sobretudo o facto de a sua intervenção ter sido condicionada unicamente à área de implantação do novo colector pluvial, oferecem porém, um registo demasiado fragmentário para permitir a sua reconstituição integral.

A realidade mais comum em toda a área intervencionada é, todavia, o conjunto de sucessivas redes de esgotos e de sistemas de saneamento, maioritariamente direccionados para o rio. Distinguem-se assim, desde as grandes cloacas em alvenaria da segunda metade do século XVIII – SSA3 – e sistemas em caixa de alvenaria que perduram desde essa data até à segunda metade do século XIX – SSA1, SSA2, SSA4 – às canalizações em grés e aos modernos colectores de que é exemplo o antigo colector pluvial desviado. A sequência estratigráfica observada evidencia, aliás, essa tradição de “vasadouro” que sempre caracterizou esta orla ribeirinha, através da sucessão de várias unidades de depósito de desperdícios, de que se destacam várias unidades constituídas por grandes aglomerados de carvão, que se devem entender no âmbito do desembarque e venda de carvão que aqui sabemos ter tido lugar (Est. XVII, Fig. 2; Dantas, 1966, p. 131).

5. Considerações finais

Como Jacinta Bugalhão (2005, p. 151) assinala, era de esperar, com a tradição fluvio-marítima que sempre caracterizou Lisboa, que se tivesse um maior conhecimento das estruturas portuárias que serviram a cidade ao longo do tempo, mas de facto, isso não acontece. Conhece-se muito pouco das infra-estruturas que serviram a tradição marítima lisboeta, o que alerta para a responsabilidade que cada vez mais assumem as escavações preventivas numa larga faixa da área urbana anteriormente ocupada pelo rio, conferindo particular relevo às estruturas identificadas nesta intervenção e às que viriam posteriormente a ser colocadas a descoberto pela continuidade dos trabalhos de acompanhamento arqueológico. Insere-se neste âmbito o amplo ancoradouro de madeira de pudemos registar e a posterior identificação por Sérgio Antunes, no troço sul da Avenida D. Carlos I, de uma poderosa estrutura de alvenaria, aposta diagonalmente ao actual traçado desta artéria, e que este considera poder enquadrar-se na referência a uma doca que se situava a Oeste da Ribeira das Naus, que tinha ao centro uma ponte, ou cais avançado, para montagem de uma cámbrea para mastreação e serviço do arsenal; assim como de outra estrutura portuária de madeira com poderosa cofragem, reaproveitando, na sua construção, elementos de antigas embarcações (Est. X, Fig. 2). Restam, pois, os pequenos contributos para toda uma história de Lisboa que é preciso re-conhecer.

ESTAMPA I



Localização do Largo Vitorino Damásio (Carta Militar de Portugal, fl. 431, E: 1: 25 000, reduzida a 65%).

ESTAMPA II

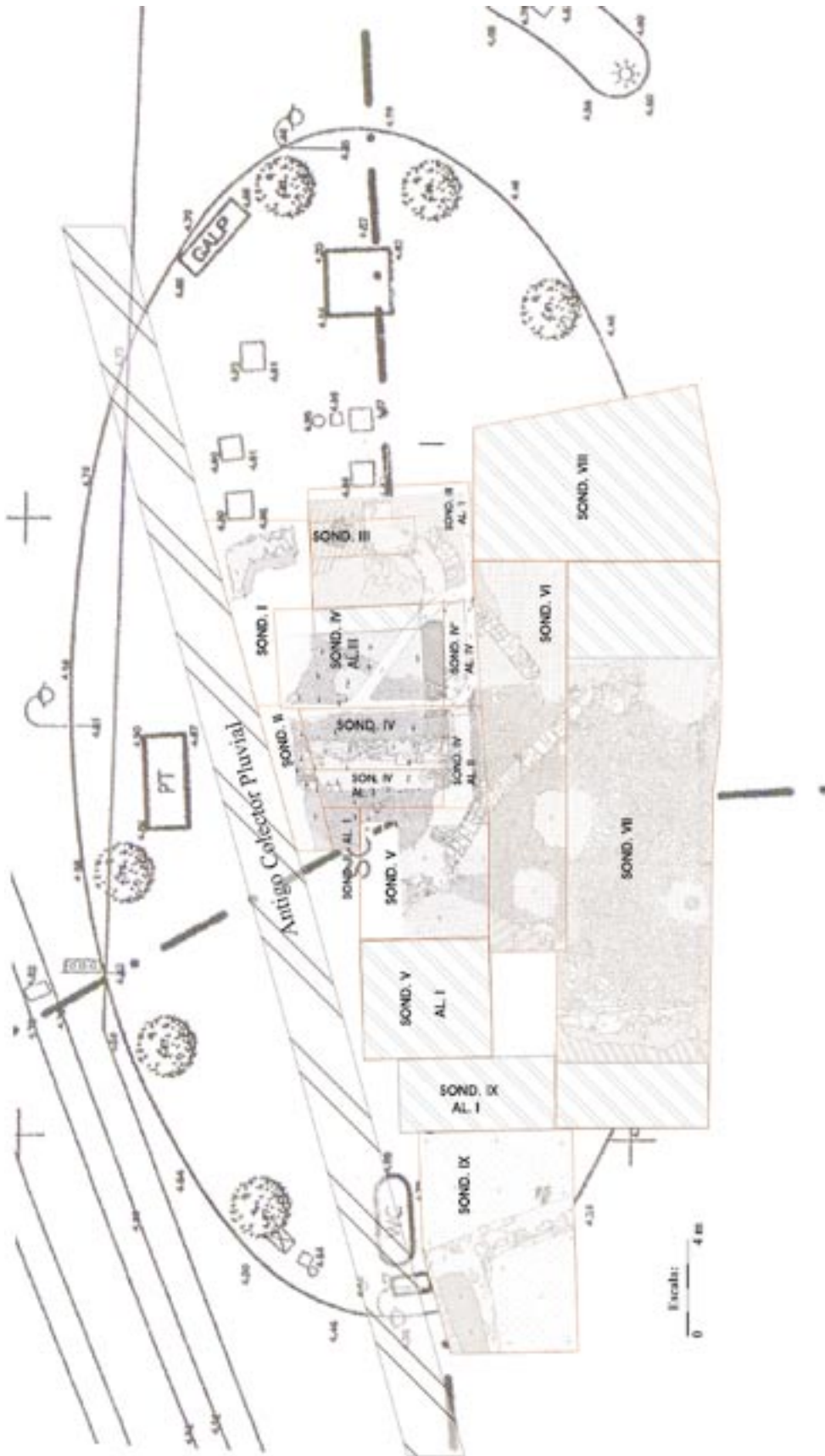


Fig. 1 Fotografia aérea da zona envolvente do Largo Vitorino Damásio, anterior à delimitação do estaleiro da obra para a construção do parque subterrâneo.



Fig. 2 Planta geral do projecto de construção do parque de estacionamento subterrâneo do Largo Vitorino Damásio.

ESTAMPA III



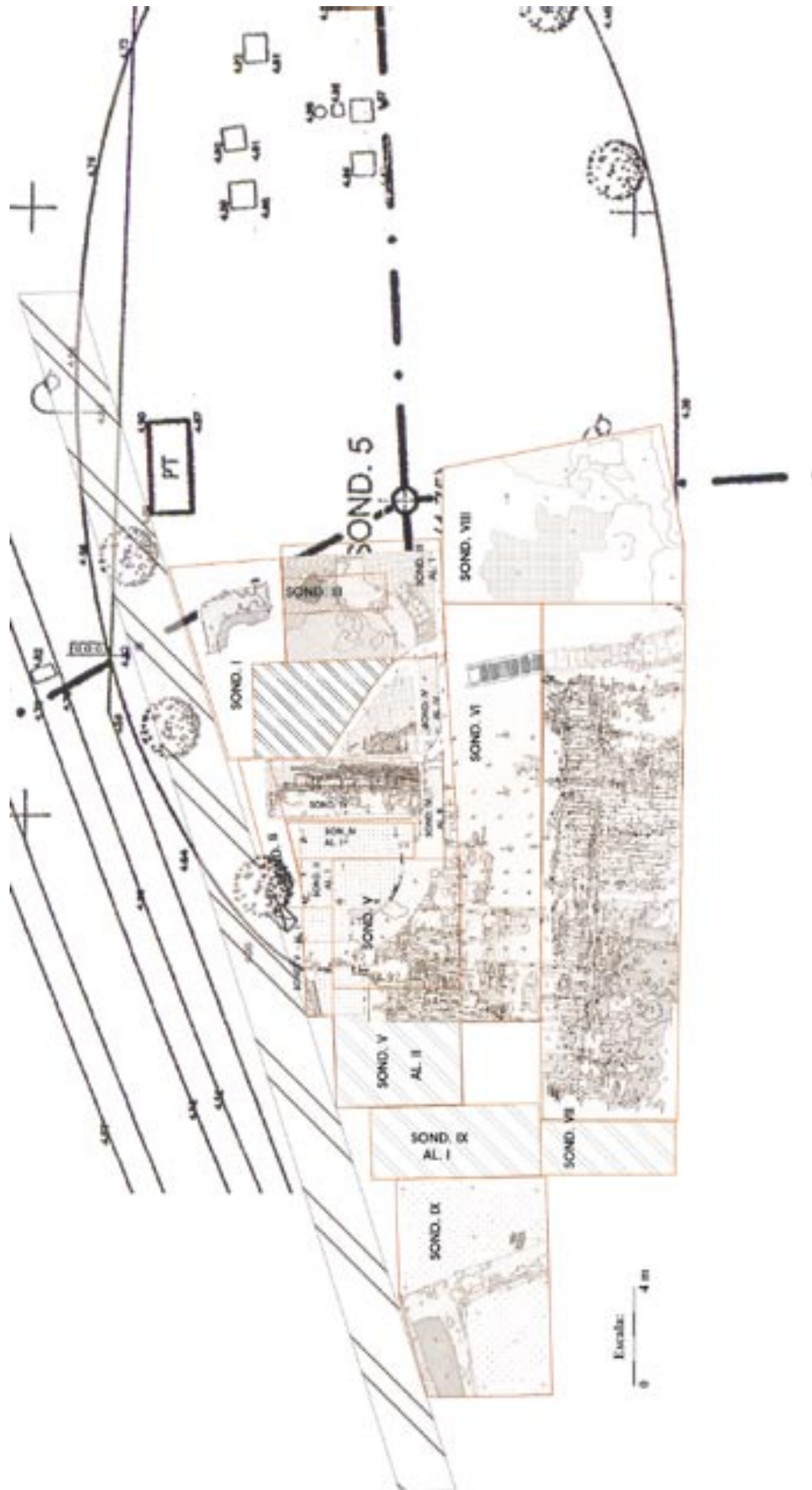
Planta geral da zona intervencionada, sendo já visível parte da planta do edifício formado pelas E.1, E.2 e E.2b, assim como a extensão do pavimento de calçada e os dois sistemas de saneamento identificados nesta fase (as zonas a tracejado correspondem a áreas onde se documentaram unicamente unidades de depósito, constituídas por terras revolvidas).

ESTAMPA IV



Ampliação da planta geral das realidades colocadas a descoberto.

ESTAMPA V



Planta geral do edifício constituído pelas E.1, E.2 e E.2b e o pavimento de tabuado colocado a descoberto, sendo ainda visíveis as realidades identificadas nas sondagens VIII e IX.

ESTAMPA VI



Planra geral do edifício constituído pelas E.1, E.2 e E.2b e o pavimento de tabuado colocado a descoberto, sendo ainda visíveis as realidades identificadas nas sondagens VIII e IX.

ESTAMPA VII



Fig. 1 Aspecto geral do complexo constituído pelas E.1, E.2 e E.2b.



Fig. 2 Sondagem IV: aspecto da zona de contacto entre a E.2, a E.2b e a E.3.

ESTAMPA VIII



Fig. 1 Pilar 1.



Fig. 2 Fragmento superior do Pilar 2 integrado no derrube do S.S.A.1.



Fig. 3 Pormenor do rompimento do pavimento de calçada na S. VII, conservando *in situ* a base do Pilar 4 e sendo visível a sua metade superior no perfil.



Fig. 4 Base fracturada do Pilar 3 integrada no derrube do S.S.A.1.

ESTAMPA IX



Fig. 1 Aspecto do quadrante W do pavimento de tabuado na S. VI.



Fig. 2 Pormenor do Quadrante E da S. VIII, sendo visíveis em plano, a unidade de matéria vegetal deteriorada, assinalada pela escala e a estaca de suporte, identificada pelo círculo.



Fig. 3 Aspecto geral do pavimento de tabuado na S. VII visto de Oeste, destacando-se, em primeiro plano, o seu limite, estruturado pelos vestígios de uma poderosa trave lateral.

ESTAMPA X

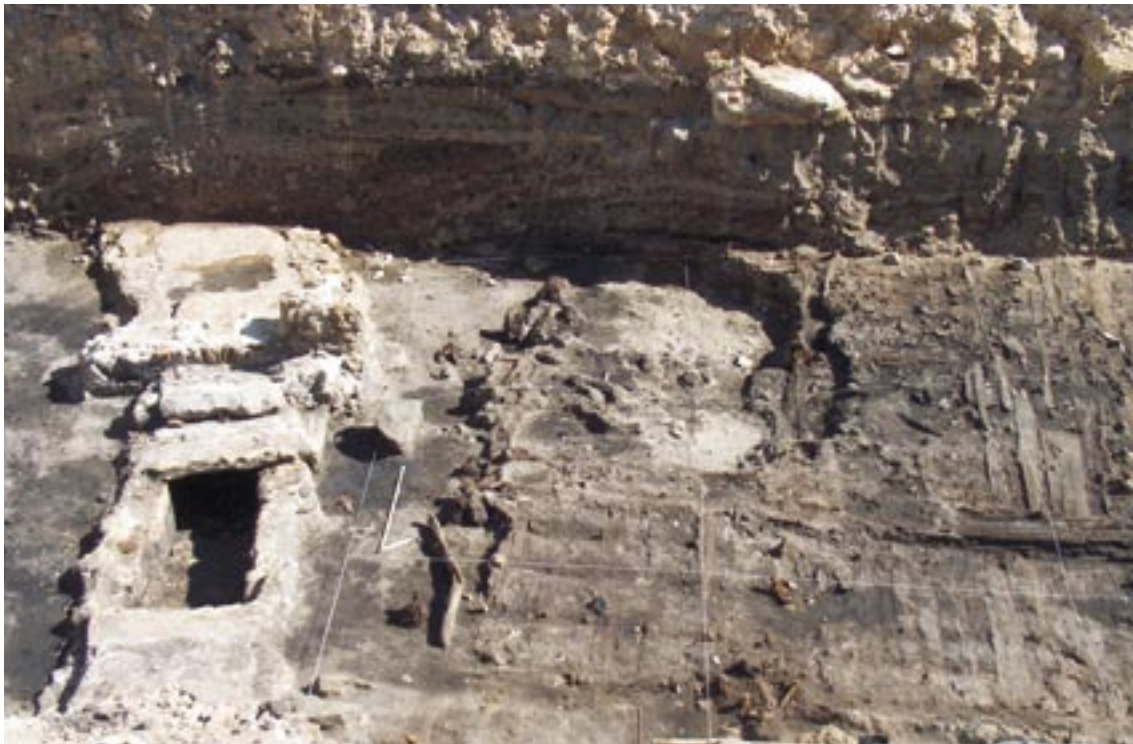
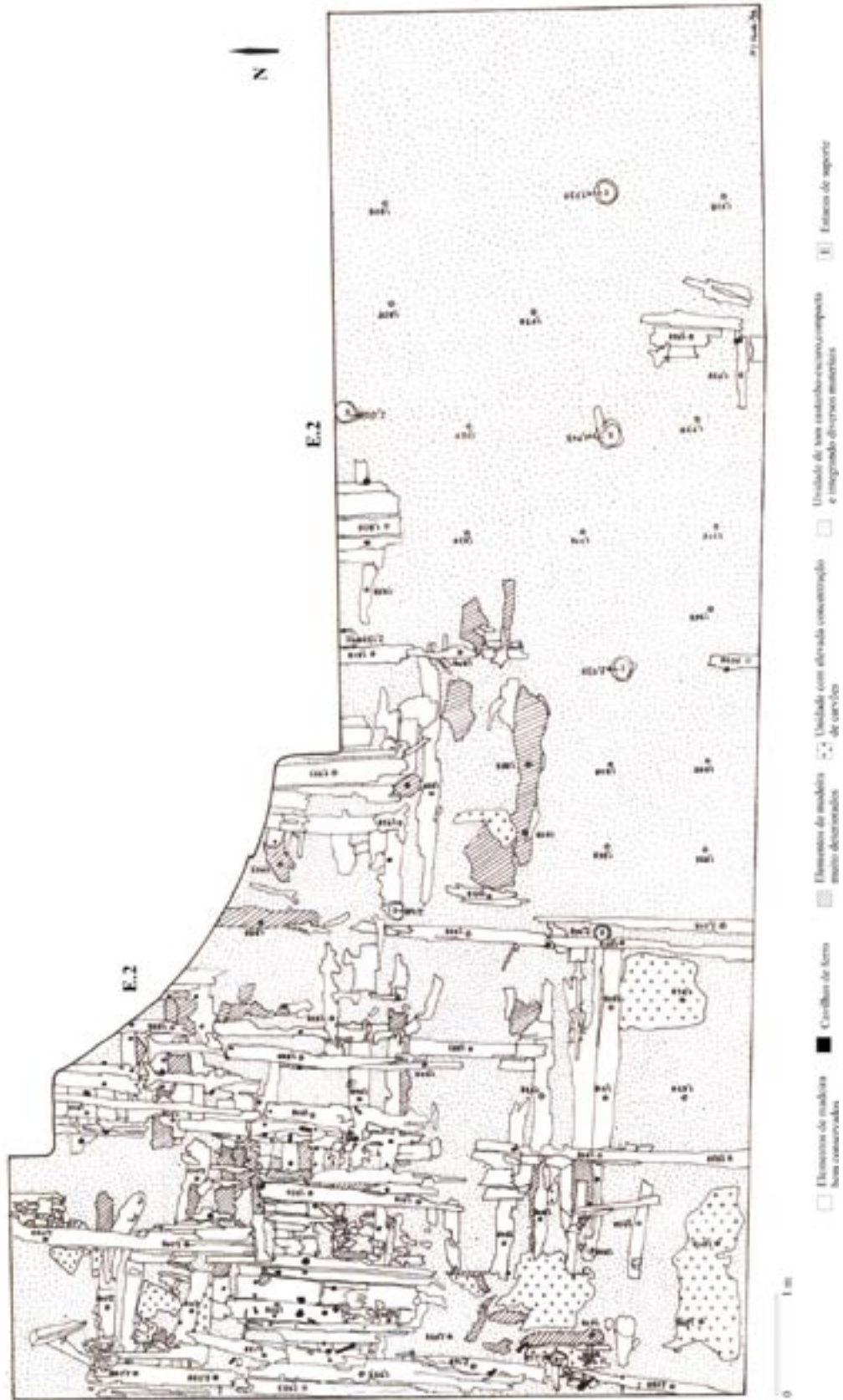


Fig. 1 Pormenor da ruptura do pavimento de tabuado pela vala de implantação do S.S.A.3.



Fig. 2 Poderosa estrutura em alvenaria, sendo visíveis em plano, elementos de embarcações e parte de uma estrutura de cofragem em madeira, colocados a descoberto durante o prosseguimento do acompanhamento arqueológico dos trabalhos no troço sul da Avenida D. Carlos I (foto S. Antunes).

ESTAMPA XI



Aspecto geral do pavimento de tabuado na área correspondente às S. V e S. VI.

ESTAMPA XII



Pavimento de tabuado e o S.S.A.3 na área correspondente à S. VII.

ESTAMPA XIII



Fig. 1 Fragmentos de fundo de pratos em faiança com decoração geométrica a azul. Fabrico indeterminado. Lisboa, século XVII. Área 1 – Sondagem IV – U.E. 116.

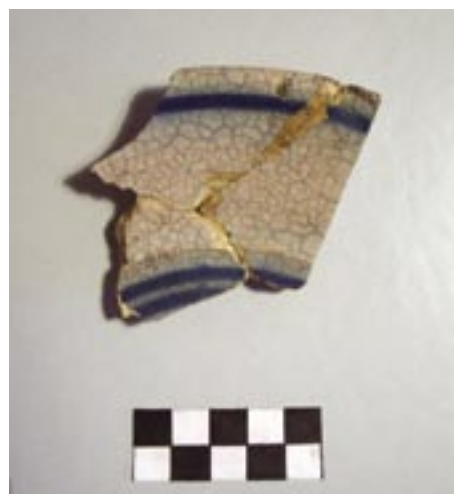


Fig. 2 Fragmento de fundo de prato em faiança com decoração linear a azul. Fabrico indeterminado. Lisboa. Século XVII. Área 1 – Sondagem IV – U.E. 113.

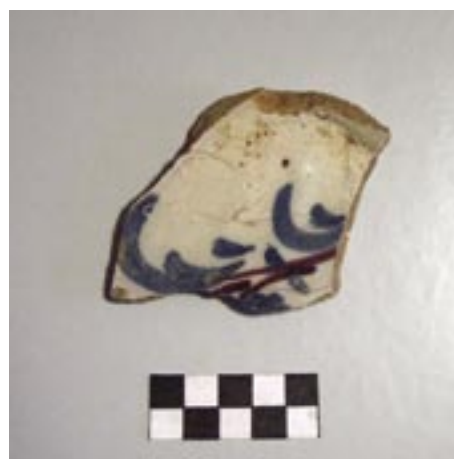


Fig. 3 Fragmento de fundo de prato em faiança com decoração vegetalista a azul. Fabrico indeterminado. Lisboa. Século XVII. Área 1 – Sondagem IV – U.E. 113.



Fig. 4 Fragmentos de bordo de pratos em faiança com decoração a azul. Fabrico indeterminado. Lisboa. Século XVII. Área 1 – Sondagem IV – U.E. 126.

ESTAMPA XIV



Fig. 1 Fragmentos de fundo de pratos em faiança: em cima, decorado com bandas a vinoso, ao centro com motivo vegetalista a azul e em baixo, com espiral a azul. Fabricos indeterminados. Lisboa, início do século XVIII e século XVII, respectivamente. Área 1 - Sondagem VII - U.E. 276.



Fig. 2 Fragmento de fundo de recipiente indeterminado em faiança com a marca "BD" em azul. Fabrico não identificado. Século XVIII e século XVII, respectivamente. Área 1 - Sondagem VII - U.E. 277.



Fig. 3 Fragmento de fundo de prato em faiança com inicial de marca a vinoso. Olaria Beato António. Segunda metade do século XVII. Área 1 - Sondagem VII - U.E. 277.



Fig. 4 Fragmentos de diversos recipientes em faiança com decoração linear ou geométrico-vegetalista a vinoso. Ao centro destaca-se um fragmento de fundo com inicial de marca "B", eventualmente relacionável com produções tardias da Olaria Beato António. Segunda metade do século XVII. Área 1 - Sondagem VII - U.E. 276.

ESTAMPA XV



Fig. 1 Exemplos de solas de sapato em couro. Área 1 - Sondagem VII - U.E. 278.



Fig. 2 Fragmento de corda de fibra vegetal conservando ainda o nó de amarração. Área 1 - Sondagem IX - U.E. 382.



Fig. 3 Fragmento de cordas de fibra vegetal. Área 1 - Sondagem IX - U.E. 381.

ESTAMPA XVI

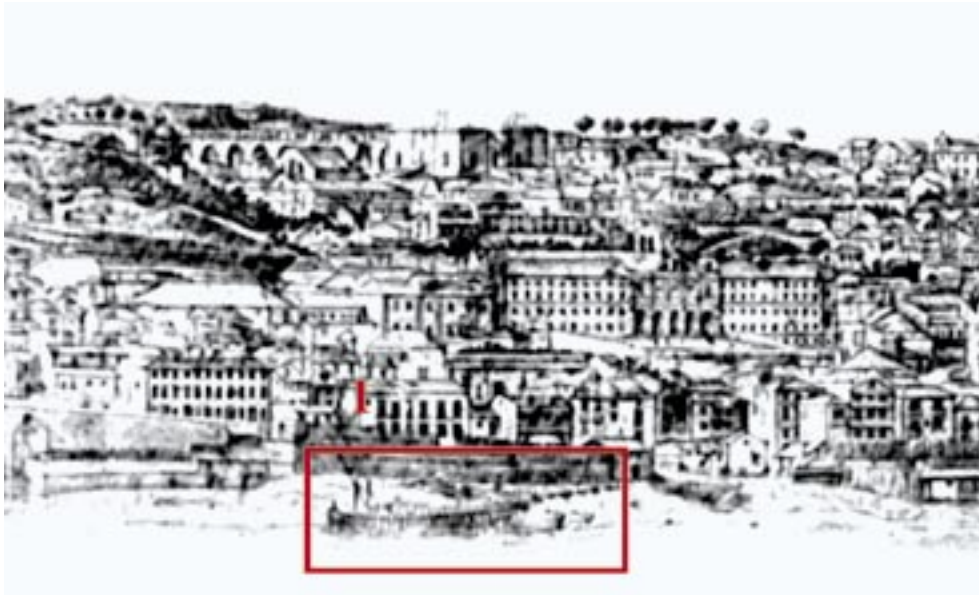


Fig. 1 Pormenor de gravura anónima da zona ribeirinha de Lisboa, datável da segunda metade do século XVIII (Silva, 1960, p. 173-187). O rectângulo vermelho assinala a zona correspondente ao actual Largo Vitorino Damásio, onde se distingue claramente o cais de madeira que avança sobre o rio. O n.º 1 assinala a localização do desaparecido Palácio dos Duques de Aveiro.

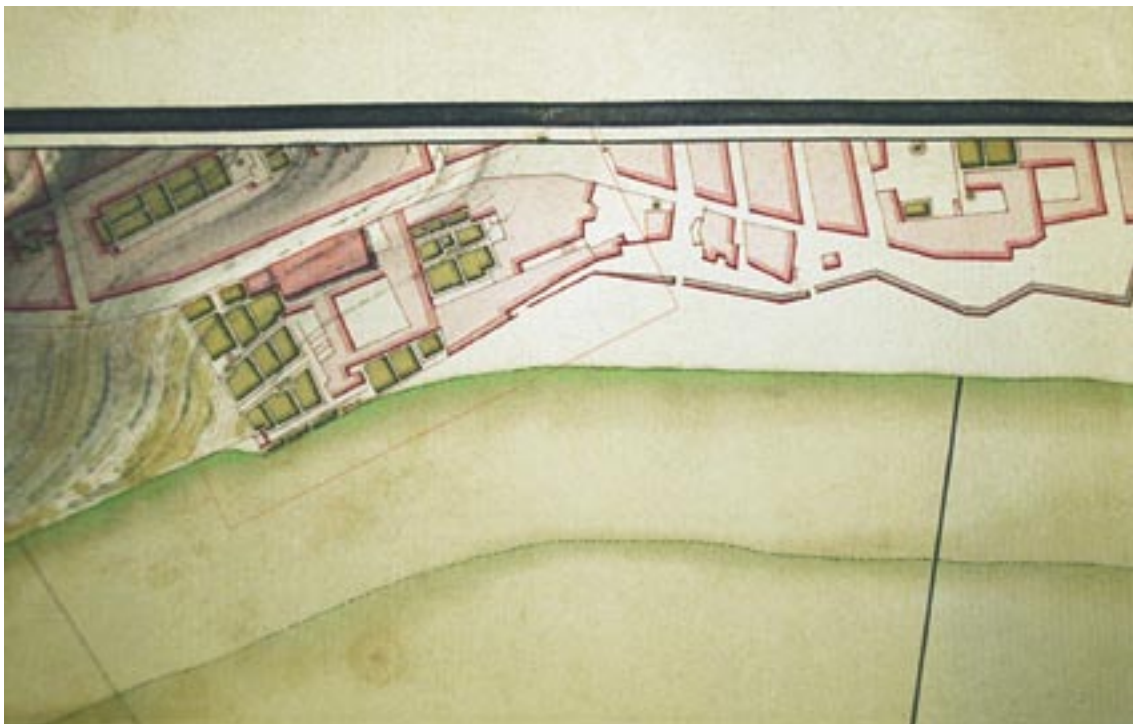


Fig. 2 Pormenor de gravura anónima anterior a 1727 (Museu da Cidade, Des. 14). O rectângulo a vermelho assinala o terreno do palácio e jardins dos Duques de Aveiro.

ESTAMPA XVII

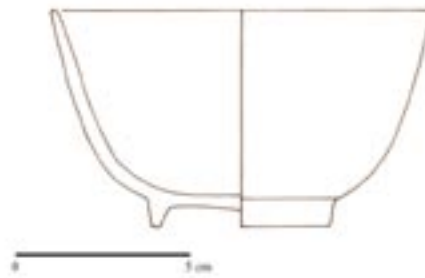


Fig. 1 Aspecto inicial do Aterro de Santos (Legado Seixas, Arquivo Fotográfico Municipal).

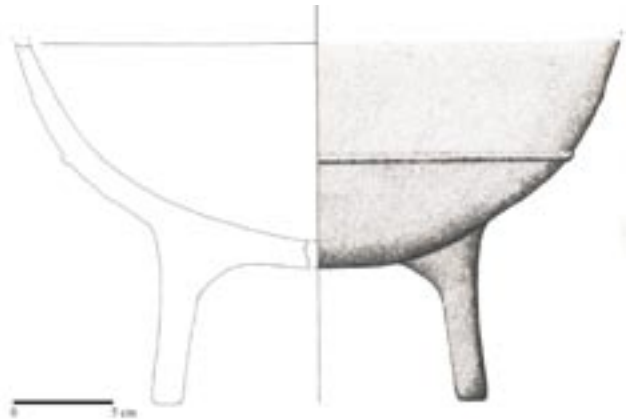
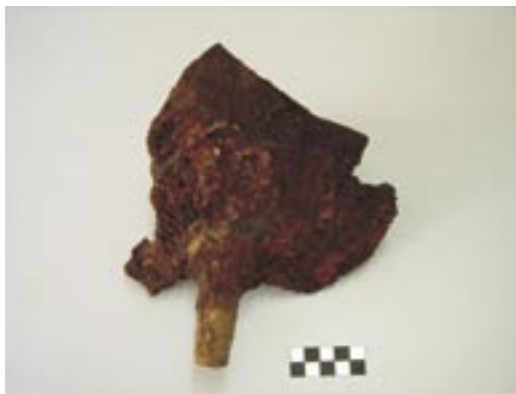


Fig. 2 Desembarque do carvão no Cais de Santos por volta de 1890 (Legado Seixas, Arquivo Fotográfico Municipal).

ESTAMPA XVIII



Figs. 1-2 Tijela em faiança de bordo afilado e base de pé anelar com decoração floral a azul. Fabrico não identificado. Possivelmente, Lisboa, segunda metade do século XVIII. Área 1 – Sondagem IV – U.E. 98.



Figs. 3-4 Painela de ferro trípode.. Área 1 – Sondagem VI – U.E. 229.

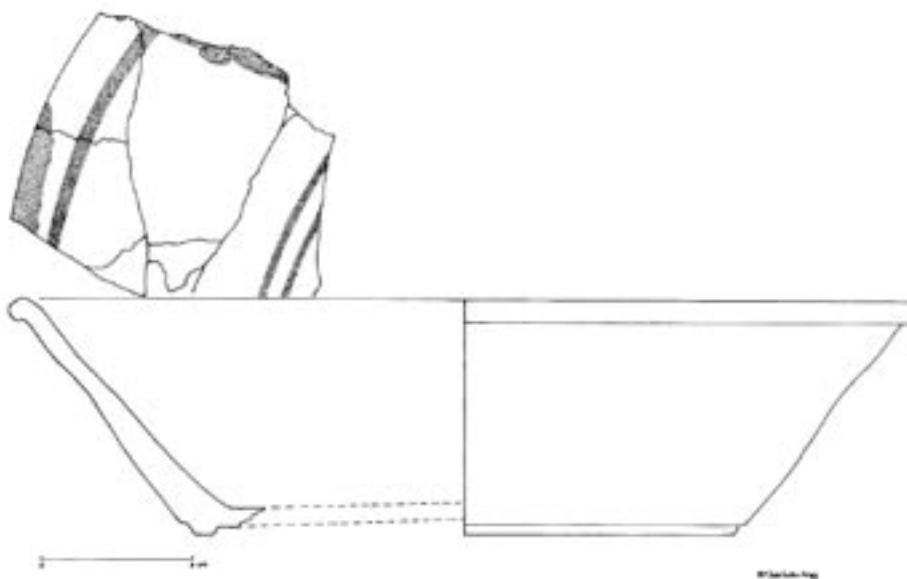


Fig. 5 Fragmento de prato em faiança com decoração linear e de “pincelada” a azul na superfície interna. Fabrico indeterminado. Lisboa, século XVII. Área 1 – Sondagem VI – U.E. 232.

NOTAS

- ¹ Efectuou-se ainda a remoção de duas das estacas de suporte do tabuado, entregues, com todas as outras amostras recolhidas, ao Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática para análise dendrocronológica, tendo a hipótese de conservação da estrutura sido desde logo inviabilizada pelo seu péssimo estado de conservação.
- ² Respectivamente, U.E. 50, 51, 81, 82, 83, 116, 126, 169, 170, 229, 276, 277.
- ³ Respectivamente, U.E. 54, 56, 82, 83, 134, 136, 140, 142, 176, 178, 180, 181, 182, 232, 242, 287, 290.
- ⁴ No recenseamento das propriedades da freguesia de Santos-o-Velho de 1672 são referidas as olarias da Travessa do Sacramento, da Rua do Olival (actualmente Rua das Janelas Verdes), a Olaria à Porta Grande (situada entre a Rua das Janelas Verdes e a rua Direita de Santos-o-Velho), da Rua da Oliveira-Castelo Picão, da Rua da Oliveira, do Pé de Ferro (cuja primeira referência data, todavia, de 1616), da Rua das Madres (cuja primeira referência surge em 1610), da Rua do Pé de Ferro-Rua do Acipreste e a olaria do Pé de Ferro-Bela Vista (Mangucci, 1996, p. 163-168).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, M. P.; INFANTE, S. (1992) - *Lisboa: Freguesia de Santos-o-Velho*. Lisboa: Guias Contexto, p. 55 ss.
- ARAÚJO, N. de (1993) - *Peregrinações em Lisboa*. Livro VII. Lisboa: Edições Vega.
- BLOT, M. L. P. (2003) - *Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e fluvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 28).
- BUGALHÃO, J. (2005) - Lisboa sempre ribeirinha. *Al-madan*. Almada. 2.ª série. 13, p. 151-154.
- CALADO, M.; FERREIRA, V. M. (1992) - *Lisboa: Freguesia de Santa Catarina (Bairro Alto)*. Lisboa: Contexto Editora.
- CASTILHO, J. de (1938) - *Lisboa Antiga*. Vol. 12, 2ª edição, revista e ampliada pelo autor e com anotações de Augusto Vieira da Silva. Lisboa: S. Industrias da Câmara Municipal de Lisboa.
- COSTA, A. C. (1951) - *Lisboa, a evolução de uma cidade*. Lisboa: Câmara Municipal.
- CUSTÓDIO, J. (1994) - As infra-estruturas: os canais de Lisboa. In *Lisboa em Movimento 1850-1920*, Exposição no Pavilhão, Pátio e Jardins do Museu da Cidade, Lisboa: Livros Horizonte, p. 93-149.
- DANTAS, J. (1966) - *Lisboa dos nossos avós*. Lisboa: Câmara Municipal.
- DIAS, M. T. (1990) - *Lisboa desaparecida*. Vols. II e III. Lisboa: Quimera.
- FERNANDES, J. M. (1994) - Cronologia. *Lisboa em Movimento 1850-1920*, Exposição no Pavilhão, Pátio e Jardins do Museu da Cidade. Lisboa: Livros Horizonte, p. 25-37.
- FONSECA, Q. da (1920) - *Anais das Bibliotecas e Arquivos Municipais*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- GÓIS, D. de (2001) - *Descrição da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 79 ss.
- MAGALHÃES, J. A. R. (1993) - *A pesca e o sal*. In MATTOSO, J., ed. - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 3, p. 288-310.
- MANGUCCI, A. C. (1996) - Olarias de louça e azulejo da Freguesia de Santos-o-Velho dos meados do século XVI aos meados do século XVIII. *Al-madan*. Almada. II Série. 5, p. 155-168
- QUEIRÓS, J. (2002) - *Cerâmica portuguesa e outros estudos*. Lisboa: Editorial Presença, p. 525 ss.
- SILVA, R. B. da; GUINOTE, P. (1998) - *O quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos. Roteiro arqueológico e documental dos espaços e objectos*. Lisboa: [s.n.], p. 285 ss.
- SILVA, R. H. (1994) - Urbanismo: caminhos e planos. In *Lisboa em Movimento 1850-1920*, Exposição no Pavilhão, Pátio e Jardins do Museu da Cidade, Lisboa: Livros Horizonte, p. 36-45.
- SILVA, A. V. da (1960) - Uma vista panorâmica de Lisboa dos fins do séc. XVIII. *Dispersos*. Vol. II. Lisboa: Biblioteca de Estudos Olisiponenses, p. 171-187.
- RAMOS, P. de O. (1994) - Porto de Lisboa. In SANTANA, F.; SUCENA, E., eds. - *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas e Associados -Consultores, p. 724-727.
- VALE, A. J. M. (1988) - *Nau de Pedra*. Lisboa: Revista da Armada.

